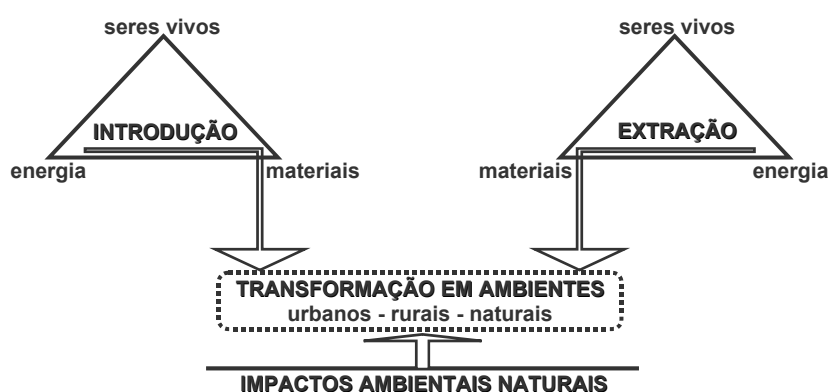


“Maior Exploração de Recursos Naturais Causa Desindustrialização? - O Caso Holandês -

Marcelo Henriques de Brito,

engenheiro e administrador, Ph.D. pela École Polytechnique Fédérale de Lausanne (EPFL – Suíça)

Na quarta-feira, 25 de abril de 2005, Marcelo Henriques de Brito proferiu na Divisão Técnica de Meio Ambiente do Clube de Engenharia no Rio de Janeiro a palestra “Maior Exploração de Recursos Naturais Causa Desindustrialização? O Caso Holandês”. A expressão “doença holandesa” (*dutch disease*) surgiu na década de 1960 quando uma maior extração e comercialização de gás teria valorizado a moeda holandesa a ponto de comprometer a competitividade e as exportações de produtos industrializados daquele país e, assim, fomentar uma desindustrialização. Desde então, a chamada “dutch disease” designa esse eventual impacto econômico-financeiro da descoberta de recursos naturais, que seria acrescido aos demais impactos ambientais, os quais podem ser identificados pelo novo “Esquema Holístico para Avaliação de Impactos Ambientais”, trabalho científico que o palestrante expôs em novembro de 2005 no VIII ENGEMA (Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, realizado pela EAESP/FGV) e em 16 de maio de 2006 no Clube de Engenharia. O esquema é reproduzido abaixo:



HENRIQUES DE BRITO, Marcelo; Esquema Holístico para Avaliação de Impactos Ambientais, Figura 2, página 18, Probatius, 2005 (ISBN 85-89585-03-4).

A “doença holandesa” pressupõe que tanto uma atração de investimentos e insumos para a atividade extrativista em detrimento de investimentos em outras áreas, quanto um crescimento das exportações de recursos naturais acarretariam um tal aumento na entrada de divisas num país que a resultante valorização da taxa de câmbio não só comprometeria a exportação como favoreceria a importação de bens elaborados com maior valor agregado. A diminuição ou perda do mercado externo para esses bens estimularia uma desindustrialização que, conseqüentemente, reduziria o crescimento econômico nominal de uma região e país. Para avaliar se uma maior exploração de recursos naturais realmente prejudicaria a industrialização, Marcelo Henriques de Brito aplicou alguns conceitos originais introduzidos no livro “Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política” (Probatius, ISBN 85-89585-01-8) de sua autoria ao examinar três questões:

- 1) Os efeitos do deslocamento de investimentos e insumos;
- 2) Os motivos para uma valorização cambial;
- 3) O que fazer para a moeda não valorizar.

Segue um breve resumo dessas questões.

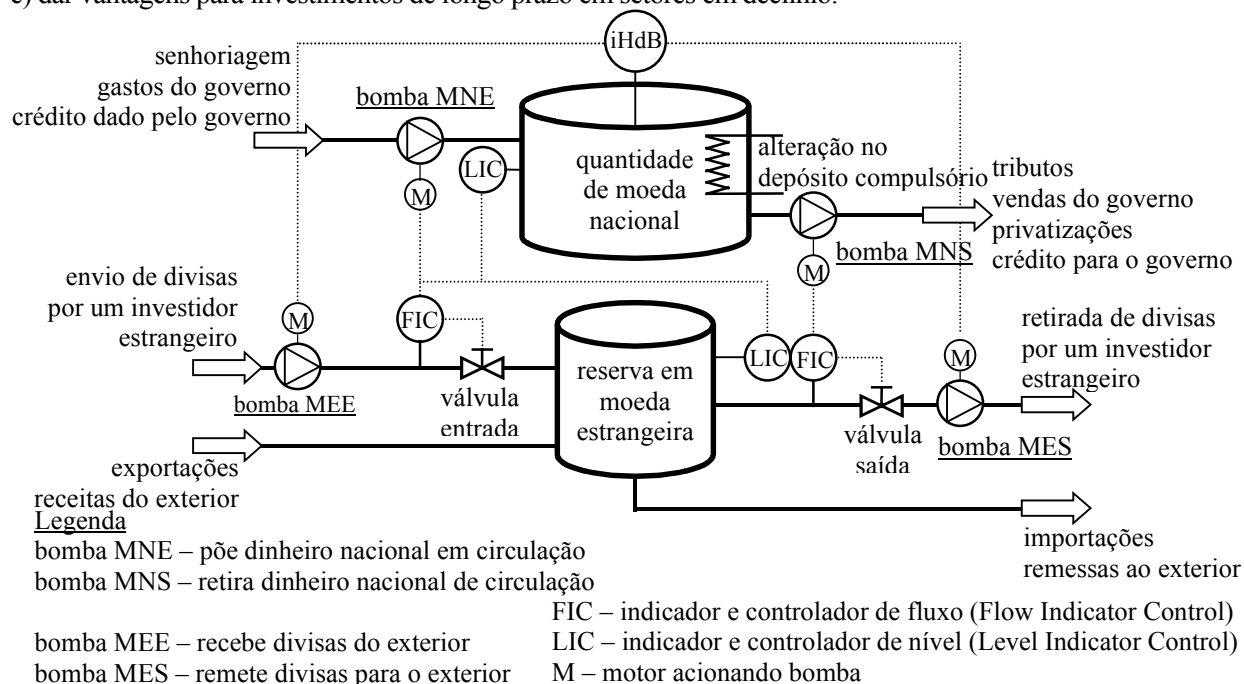
Um deslocamento exclusivo e doméstico de investimentos e insumos da produção de produtos industriais para a obtenção de *commodities* poderia de fato acarretar uma redução no valor nominal da produção (e portanto do PIB) e de forma mais pronunciada em economias fechadas, menores e com um restrito mercado interno, porque o nível de preços de atividades no início de uma cadeia produtiva é menor do que o nível de preços de atividades industriais e de serviços. Acontece que, se não houver incerteza sobre o potencial de exploração, poderá ser financeiramente mais vantajoso explorar recursos naturais em detrimento de outros negócios e pode ser fácil impor preços e reajustes ao gerenciar o suprimento de algumas *commodities*, cujo consumo é essencial. Tende a ser maior o esforço para ofertar bens elaborados, cuja comercialização requer ações de marketing eficazes e engenhosas. Todavia, o simples deslocamento numa cadeia produtiva de investimentos e insumos não configura uma “doença holandesa”.

A existência de uma valorização cambial é importante para caracterizar uma “doença holandesa”. Ocorre que um governo pode estimular uma valorização cambial a fim de evitar que haja uma desvalorização cambial (inclusive

para reduzir ou evitar a inflação e para amortizar a dívida externa com mais facilidade, por exemplo). Os casos opostos da China e da Argentina após a segunda metade da década de 1990 revelam que “parece ser mais fácil manter uma moeda artificialmente desvalorizada do que impedir uma desvalorização cambial de uma moeda artificialmente valorizada”, como o palestrante escreveu no livro “Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política” (seção 1.4, página 15). Ademais, dois gráficos regularmente atualizados em www.probatius.com.br em “Novidades e Fatos Notáveis” mostram que o governo brasileiro tem definido taxas de juros de forma a monitorar a variação cambial do dólar e do euro desde janeiro de 1999. Assim, a “doença holandesa” não seria uma fatalidade, pois qualquer governo pode gerir a valorização cambial e seu impacto da sobre a produção nacional.

A fim de evitar que a moeda se valorize, como fez e ainda faz a China, Marcelo Henriques de Brito indicou que há várias medidas e, para explicá-las, aplicou sua analogia de uma planta industrial (vide abaixo) que mostra como a malha de controle (estabelecendo a taxa de câmbio) relaciona o fluxo de divisas com o fluxo de moeda nacional e, conseqüentemente, atrela o balanço do governo ao balanço de pagamentos. Logo, para evitar a “doença holandesa” podem ser adotadas medidas como:

- postergar ou evitar a internalização do ganho de divisas no país (ex.: ter um fundo no exterior);
- aumentar o superávit público (economizar e/ou tributar) e gerir a senhoriagem (emissão de moeda);
- dissuadir a entrada de mais divisas ao reduzir as taxas de juros de títulos públicos e ao permitir e até apoiar a internacionalização de negócios de empresas e empresários nacionais;
- aproveitar o ganho de divisas para promover um aumento de mercado interno que absorve pressões inflacionárias (ex.: estímulo à construção civil, ao empreendedorismo e à desburocratização);
- dar vantagens para investimentos de longo prazo em setores em declínio.



Fonte: Figura 4.6-1 no Capítulo 4, página 321 do livro "Crise e Prosperidade Comercial, Financeira e Política" de Marcelo HENRIQUES DE BRITO (Probatius, 2003, ISBN 85-89585-01-8)

Em todo caso, uma ênfase “excessiva” na exploração e exportação de recursos naturais não assegura prosperidade, além de existirem impactos sociais: aumento na concentração de renda, ameaça de desemprego setorial com o fim da atividade, direcionamento da infra-estrutura para exportar ao invés de promover transações no mercado interno e distúrbios devido à volatilidade de preços de recursos naturais que favorece a manipulação com “boom - crash”, o que ocorreu na própria Holanda com tulipas no século XVII.

Uma região ou país com prosperidade apresenta um ambiente sadio (sem poluição de água, ar ou solo), desenvolve uma infra-estrutura física eficaz (ex.: energia e transportes), conserva e aprimora uma teia de atividades empresariais que absorve melhor choques político-econômicos, provê um sistema legal e jurídico equilibrado, exequível e estável e provê saúde, educação e segurança de qualidade à sua população, a qual compartilha um respeito pela democracia, uma identidade nacional e um interesse pela coesão social.